RESENHA

Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST

Political sociology of the Canudos peasant war: from the destruction of Belo Monte to the emergence of the MST

Sociología política de la guerra campesina de Canudos: de la destrucción de Belo Monte al surgimiento del MST

MARIA ROSANA DA COSTA OLIVEIRA

Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE)
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8169-5809

Recebido em: 14/01/2026.
Aprovado em: 07/05/2026.
Editora responsável: Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
OLIVEIRA, Maria Rosana da Costa. Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 48, e21079, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i48.21079. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/21079. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: Nesta obra publicada em 2000, Clóvis Moura compreende Canudos como um dos movimentos sociais e políticos mais importantes da América Latina. O autor supera uma leitura eurocêntrica que o definia apenas como um movimento pré-político e estabelece um fio condutor histórico entre a resistência camponesa em Canudos e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), argumentando que a luta pela terra e pelo território no Brasil é uma necessidade histórica que renasce mesmo após repressões violentas.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Questão agrária; Campesinato.

ABSTRACT: In this work published in 2000, Clóvis Moura understands Canudos as one of the most important social and political movements in Latin America. The author moves beyond an Eurocentric reading that defined it merely as a pre-political movement and establishes a historical thread between the peasant resistance in Canudos and the formation of the Agricultural Workers Without Land's Movement (MST), arguing that the struggle for land and territory in Brazil is a historical necessity that is reborn even after violent repressions.

Keywords: Social movements; Agrarian question; Peasantry.

RESUMEN: En esta obra publicada en el año 2000, Clóvis Moura comprende a Canudos como uno de los movimientos sociales y políticos más importantes de América Latina. El autor supera una lectura eurocéntrica que lo definía apenas como un movimiento prepolítico y establece un hilo conductor histórico entre la resistencia campesina en Canudos y la formación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), argumentando que la lucha por la tierra y por el territorio en Brasil es una necesidad histórica que renace incluso tras represiones violentas.

Palabras clave: Movimientos sociales; Cuestión agraria; Campesinado.

Introdução

MOURA, Clóvis. Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

Nascido em Amarante, centro-sul do Piauí, Clóvis Steiger de Assis Moura foi um jornalista, sociólogo, historiador, poeta e militante do Partido Comunista Brasileiro. Nesta obra, publicada pela primeira vez em 2000 (**Figura 1**), Moura ressalta a importância de Canudos como um movimento social e político camponês. Além disso, destaca sua relação histórica com o surgimento e a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. A obra é dividida em cinco capítulos: *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos; Antônio Conselheiro: um abolicionista da plebe; De Canudos ao Movimento Sem Terra: novas perspectivas para a revolução agrária no Brasil; Depois do massacre de Canudos, os camponeses se rearticulam e lutam e a fênix renascida? O Movimento dos Sem-terra.*

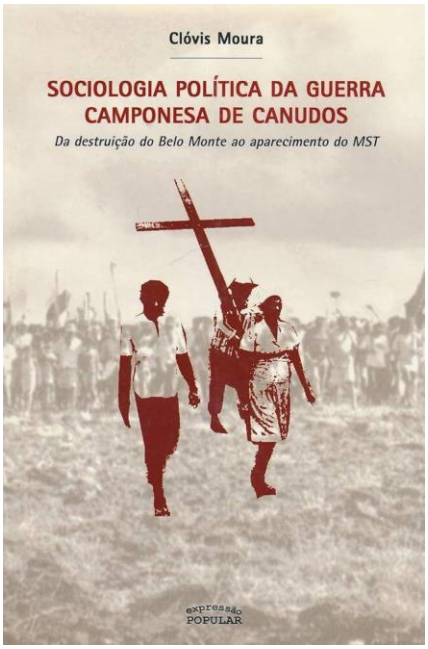

Figura 1: Capa da primeira edição do livro, publicada em 2000.

No primeiro capítulo, o autor resgata o significado político de Canudos enquanto resistência camponesa diante dos grandes latifundiários do interior da Bahia, superando as análises que o definem como movimento pré-político, religioso, messiânico, outros. Moura destaca a necessidade de ir além da caracterização eurocêntrica limitada dos movimentos que em suas determinações carregam preconceitos ao não privilegiar a essência, as causas e o conteúdo político que os originou. Dessa maneira, compreende Canudos como um dos movimentos sociais e políticos mais importantes da América Latina.

De acordo com Moura, o território de Belo Monte era circundado por irregularidades do relevo, em que havia presença de serras e montanhas. Após percorrerem estados como Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia, Conselheiro e seus adeptos chegaram à Fazenda Canudos em 1893. Ocuparam o território, abandonado há dois anos, e ali estabeleceram a comunidade de Belo Monte. Diante da ameaça das oligarquias rurais, os camponeses se sentiam protegidos geograficamente pelas serras pedregosas. A recente abolição não impedia a exploração de mão

de obra dos trabalhadores do campo, que continuavam sendo submetidos à violência pelos latifundiários. Com a notícia da existência de Belo Monte e das condições de vida digna que ali eram concretas, dirigiam-se não apenas camponeses, mas trabalhadores de várias profissões oriundos de diferentes estados do Nordeste. Com isso, o Arraial cresceu rapidamente e houve a necessidade de organização interna para o funcionamento econômico e social. Há nesse momento, a construção coletiva de casas, de um centro comercial, de uma escola e de um templo. E em paralelo, a divisão de tarefas nos setores agricultura, segurança, administração, religião, educação, de modo que cada um pudesse contribuir nas atividades coletivas.

Nas terras de Belo Monte, plantava-se legumes, cana-de-açúcar, batata, feijão, mandioca, melancia, entre outros. Havia carne para açougue e o couro era comercializado não só nas comunidades vizinhas, mas também exportado. Além da agropecuária, desenvolvia se atividade metalúrgica por meio da fabricação das próprias ferramentas, como machados e foices que também seriam utilizadas caso a comunidade fosse invadida. Desenvolvia-se em Canudos uma economia comunitária, alternativa e autossuficiente, em que o dinheiro não circulava, e as trocas eram mediadas através de um vale. O incômodo diante da autossuficiência de Canudos aumentava a cada dia. Pensar que uma comunidade de camponeses vivendo com dignidade poderia inspirar o surgimento de outras comunidades aterrorizava e enchia de ódio os fazendeiros que não queriam perder a mão de obra que tanto exploravam.

De acordo com Moura, a comunidade de Canudos era consciente das ameaças externas, por isso, se organizaram administrativamente e militarmente. Em defesa da posse da terra e da manutenção do poder dos latifundiários, as forças militares invadiram Canudos em outubro de 1897. Apesar de lutarem contra tropas superiores em armamentos e homens, os camponeses resistiram vencer as três primeiras expedições e só foram derrotados após a última expedição promovida pelo exército brasileiro. O autor ressalta que a guerra contra Canudos não foi apenas militar, pois houve uma mobilização cultural, ideológica e política contra Canudos. Iniciam-se propagandas contra Canudos com discurso de que havia presença de estrangeiros ao lado dos camponeses e contra a República. Assim, os moradores de Belo Monte seriam caracterizados como antipatriotas e inimigos do Brasil. Por isso, era preciso exterminá-los encobrindo as causas reais da violência empreendida pelo Estado.

De acordo com Moura, a aliança entre o liberalismo republicano e as oligarquias latifundiárias destruíram Canudos não só enquanto experiência bem-sucedida de sociedade igualitária e de comunitarismo concreto, mas como possibilidade de se realizar em outras partes do Brasil. No capítulo 2**,** o autor demonstra a importância de Antônio Vicente Mendes Maciel "Conselheiro" como liderança política não somente no período em que se estabeleceu no Arraial de Belo Monte, mas no período em que atuou no Nordeste rural e pregou a necessidade da mudança social e da liberdade para a população pobre e escravizada. Contraria os estereótipos que o definem como louco, místico, e não reflete sobre a sua importância como agente ativo de dinâmica social.

No capítulo 3, o autor analisa o processo histórico de concentração de terras no Brasil desde o período colonial. Aponta o tratado de Tordesilhas como um acordo que inaugura esse processo, pois, ao dividir o território conquistado entre Espanha e Portugal, destina ao rei de Portugal o controle total das terras. Desse modo, extensões de terras foram relegadas somente aos nobres e homens ligados diretamente à corte. Ao analisar a formação

socioespacial do Brasil, Moura ressalta que o território brasileiro, antes da conquista, foi habitado por distintas etnias, ou seja, não foi um espaço descoberto, mas conquistado. Para dominar essas terras, muitos povos foram submetidos ao massacre e ao genocídio. De acordo com o autor, além da guerra militar, foi utilizada contra os povos indígenas, a guerra ideológica. A igreja foi o grande instrumento de domínio dos povos por meio da fé. Foram construídos, sob o manto de cristianização, aldeamentos para o controle e exploração da mão de obra indígena.

Para perpetuação da concentração de terras no país, o autor destaca a instauração da lei de terras em 1850. Essa lei garantiu o acesso a terras somente para quem pudesse comprá-las. Desse modo, a questão da terra relaciona-se fortemente com a desigualdade social no Brasil, em que a grande parcela da população historicamente excluída (indígenas, negros, camponeses, outros) e desterritorializada vive nas periferias e no interior do Brasil.

Com a expansão do capitalismo no campo no período da ditadura militar, a concentração de terras se agravou, principalmente na Amazônia. Nessa região, sob o discurso de modernização, amplia-se a concentração de terras e a escravidão do trabalhador rural. A violência, conforme Moura, é utilizada como método de controle social dos camponeses e de preservação de privilégios dos latifundiários. O autor destaca o papel da UDR (União Democrática Ruralista) como braço legal das ações dos latifundiários e da impunidade dos crimes realizados contra os camponeses. Dentre eles, os massacres de Corumbiara[1] e de Eldorado dos Carajás[2] como expressões da lógica perversa da penetração do capitalismo no campo brasileiro. No quarto capítulo, o autor evidencia a resistência do campesinato brasileiro frente à violência sistemática das elites agrárias do País. Ao ressaltar a experiência de Canudos, Moura resgata a sua importância política e como a sua destruição não representou o fim da luta camponesa. Pelo contrário, impulsionou a sua mobilização e organização nos distintos territórios do país.

No último capítulo, Moura nos chama a atenção para a expansão do capitalismo no campo sob a égide da modernização. De acordo com o autor, as transformações técnicas do campo não representaram melhorias nas relações de trabalho e no acesso à terra. Pelo contrário, aprofundam-se a desigualdade e a exploração do trabalho, visto que as tecnologias provocaram a expulsão dos camponeses e precarização da mão de obra.

Diante dos conflitos persistentes em todo o território nacional, o autor explicita que o surgimento do Movimento dos Sem-Terra não possui uma data específica, pois, de acordo com Moura, sua história é composta por vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978. No entanto, relata que o aumento de ocupações de terras em diferentes regiões do país passou a ser a tática encontrada para o acesso de terras das

[1] Na fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara – Rondônia, os camponeses foram emboscados de madrugada com bombas de gás lacrimogêneo. 355 trabalhadores foram presos e torturados, mulheres foram usadas como escudo por policiais e jagunços, oito trabalhadores foram executados e o acampamento foi incendiado com todos os pertences dos posseiros (MESQUITA, 2001).

[2]De acordo com Nepomuceno (2017), foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país. No dia 17 de abril de 1996, 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram executados pela Polícia Militar do Pará. Na data, os camponeses ocuparam a BR-155, rodovia que liga o sul do estado de Belém. Marchavam para a capital, reivindicando a desapropriação de um latifúndio improdutivo e a sua destinação para Reforma Agrária (NEPOMUCENO, 2017, p.120).

famílias. E o que seriam camponeses sem-terra? De acordo com o autor são: o parceiro, o arrendatário, o posseiro, o assalariado, o pequeno agricultor e os seus filhos. O ano de 1984 é um marco para o movimento, pois neste se realiza o primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra. Nesse período, o movimento se articularia em praticamente todo o país, sendo, segundo Moura, a mais representativa e organizada corrente social e política na dinâmica da sociedade brasileira.

Se na ditadura predominava a 'paz dos cemitérios', o MST vem para denunciar os conflitos com a permanência e a ampliação da concentração de terras e das relações de trabalho semiescravas. Há, no movimento, uma relação articulada entre discurso e prática, elementos que enriquecem e representam o que há de novo na vida política brasileira. Independentes da política institucional, defendem a reforma agrária como um conjunto de medidas para alterar a estrutura latifundiária do país. No entanto, compreendem que o acesso a terras não é suficiente para garantir a viabilidade e rentabilidade da pequena produção, sendo necessário também medidas complementares, como crédito, preços, assistência técnica e seguro. Segundo Moura, a luta pela reforma agrária não interessa somente aos trabalhadores rurais, mas também aos trabalhadores urbanos, pois ela representaria maior produção de alimentos, menor êxodo rural, mais trabalho, mais moradia e mais segurança.

No último capítulo, Moura demonstra preocupação acerca da autonomia política do MST e se questiona até quando conseguirão conservar e dinamizar a independência da política institucional. Finaliza o livro repudiando a violência e a impunidade dada aos responsáveis pelos massacres de Corumbiara (1995) e Carajás (1996). Esses massacres e tantos outros que continuam a ocorrer em todo o território nacional demonstram que, mesmo séculos após a destruição de Canudos, camponeses e camponesas continuam a enfrentar a violência e o extermínio por desafiarem o poder das elites agrárias por meio das lutas pela terra e pelo território. O enfrentamento da questão agrária, portanto, segue sendo o mais relevante para se conseguir a modernização brasileira. Modernização que não significa a ampliação tecnológica no campo, mas a transformação social com a ruptura das relações semicoloniais e da estrutura agrária brasileira.

Contribuições das pessoas autoras (CRediT): Todas as etapas foram elaboradas, desenvolvidas, revisadas pela única autora do artigo, Maria Rosana da Costa Oliveira. A autora, portanto, elaborou a escrita da resenha (primeira versão) e a revisão e edição. A versão final, portanto, foi elaborada e corrigida pela única autora do artigo.

Disponibilidade de dados: Não foram criados ou analisados novos dados nesta resenha.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Declaração do uso de inteligência artificial: A autora declara não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial de modo relevante na elaboração do manuscrito.

Conflito de interesse: A autora declara não haver conflito de interesse.

Referências

MESQUITA, H. A. Corumbiara: o massacre dos camponeses. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MOURA, C. Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

NEPOMUCENO, E. O Massacre: Eldorado do Carajás, uma história de impunidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

SOBRE A AUTORIA

Maria Rosana da Costa Oliveira

É docente no curso de Geografia da FAFIDAM – UECE em Limoeiro do Norte, Brasil. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2023), mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2012) e graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2009). Atua em [Geografia Agrária], [Movimentos Socioterritoriais] e [Geografia Ambiental], com ênfase em [Geografia Agrária]. Desenvolve pesquisas sobre [Economia territorial camponesa], articulando [abordagem territorial] e análises em [América Latina].
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8169-5809
E-mail: rosana.costa@uece.br